



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE ARTICULAÇÃO E CONTRATOS
DIVISÃO DE AVALIAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS
SBS QD. 02 – BLOCO F – EDIFÍCIO FNDE – Sobre Loja - CEP 70.070-929
TEL: (61) 2022-5105/5230/4510 – FAX: 2022-4408

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 8/2013

UNIDADES ESCOLARES PADRONIZADAS

No dia vinte e dois do mês de março de 2013, no Auditório da FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - situado à Avenida Paulista, nº 1313 – 4º andar, São Paulo/SP, às 9 horas, foi realizada pelo FNDE a **Audiência Pública nº 8/2013**, com a finalidade de esclarecer aos interessados os principais aspectos dos processos de aquisições públicas e levantar subsídios para o processo licitatório pela modalidade de Registro Preços Nacional para a construção de Unidades Escolares Padronizadas, visando sistematizar o processo de construção em todo o território nacional. A gravação da Audiência Pública estará disponível em CD encartado no Processo de Audiência Pública e a Ata ficará disponível no Portal de Compras do FNDE <http://www.fnde.gov.br/portaldecompras/index.php/editais/audiencias-publicas> e também no processo. A servidora Rita Helena Fragale iniciou a sessão, expondo o conteúdo da Audiência Pública e esclareceu como ocorreria o desenvolvimento dos trabalhos no decorrer da reunião. Após, anunciou que a Audiência seria presidida pelo senhor José Carlos Freitas, Presidente do FNDE. Em seguida, o senhor José Carlos Freitas apresentou-se e disse ser uma satisfação estar presente e ter a oportunidade de passar informações e de ouvir, receber o “feed back” das empresas presentes, de forma produtiva e proveitosa, na medida em que o processo evolui. Ele explicou que seria assessorado pela professora Renilda Peres de Lima, Diretora da área de construção das unidades escolares Pró-infância, ensino fundamental, médio, e Pronacampo; pelo senhor Tiago Lipold Radunz, Coordenador-Geral de Infraestrutura, que com a senhora Monica Jamal Gotti estão coordenando as construções pré-moldadas, a senhora Andreia Couto Ribeiro que é Coordenadora Geral da área de Registro de Preços e toda a equipe técnica. O senhor José Carlos Freitas disse que notou a presença de alguns parceiros, representantes de secretarias municipais e estaduais. Falou ainda que estavam acostumados a fazer as audiências públicas muito voltadas para o setor privado e que tinha uma satisfação muito grande ao verificar que o processo de audiência pública estava se ampliando e evoluindo. Também disse que, por outro lado, a presença do setor produtivo é fundamental, pois nele se

caracterizam a dimensão e as condições do que se está buscando com as novas aquisições do Governo, sobretudo do Ministério da Educação que lida com o público de mais de 50 milhões de estudantes da educação básica e gera uma consequência no mercado muito significativa e como exemplo citou o setor gráfico e de mobiliário, que são muito afetados pelas compras governamentais. Além disso, disse ser muito importante poder dar oportunidade de diálogo, com total transparência, ao processo de aquisição e de compras. Esclareceu que esse processo, por ser bem volumoso, gera um dinamismo no mercado muito grande e que nos últimos anos verificou-se que havia a necessidade de evolução sob o ponto de vista legal e metodológico. Disse que para isso buscou-se uma padronização no processo de construção em parceria com Estados e Municípios e que constatou haver a necessidade de evolução, sobretudo no aspecto legal, uma metodologia mais célere de construção do próprio sistema para auxiliar no processo. Disse também que a publicidade e a transparência dos atos do governo são fundamentais e o aspecto da qualidade, desempenho e resultado são essenciais para a sustentação do projeto. Além disso, ressaltou que se deve ter uma maturidade, conhecimento, competência e segurança, de que se está fazendo o melhor de tudo o que já foi realizado. Além disso, esclareceu que existem aspectos considerados gargalos ao processo e isso se verifica em relação ao prazo e à qualidade. Citou como exemplo o tempo que se leva para a inauguração de uma creche. Disse que o governo deseja que se passe de 30, 35 meses, para 5 a 7 meses, para se inaugurar uma creche e que se buscam formas para viabilizar esse processo. Esclareceu que na órbita de gestão do governo federal, existem duas novas premissas: RDC e qualidade. Explicou que o Regime Diferencial de Contratação – RDC surgiu para acelerar as obras da copa e que o RDC já evoluiu, pois recebeu algumas mudanças no decorrer desses dois anos de existência. Além disso, disse que o RDC já obteve autorização legislativa para ser usado nas compras governamentais, e que hoje ele traz o modelo concorrencial semelhante ao pregão, no formato de Registro de Preços. Disse que os governos federais, estaduais e municipais em suas unidades administrativas poderão utilizar o RDC na construção de prédios públicos. Comentou que o governo deseja que uma concorrência que dura em torno de seis meses, com o RDC, demore de três a quatro meses. Busca-se construir com mais rapidez e racionalidade. Esclareceu também que quanto ao outro aspecto, a qualidade, precisa-se ter certeza de que a unidade escolar terá um desempenho técnico igual ou melhor que a construção de uma escola tradicional. Disse que se deve garantir a qualidade e para isso conta-se com a parceria do INMETRO, de unidades de monitoramento contratadas, parcerias com os próprios Estados e Municípios e com o Instituto Falcão Bauer. Dessa forma, disse que o governo será intransigente, pois não abrirá mão da qualidade e da racionalidade. O senhor Presidente perguntou se o mercado já estava pronto para isso, pois o Governo Federal pretende ser muito firme quanto a isso, e que ele pretende dar um novo passo na consolidação do sistema para oferecer ao país o melhor em termos de educação. Portanto, disse que já se deu o primeiro passo e que já se pensa na construção de unidades que ultrapassem a casa dos milhares. Disse também que existem outras três frentes para se pensar: 1º) Construção de quadras escolares na cidade. 2º) Construção no campo, o Pronacampo. 3º) Escolas de ensino integral que se está desenhando o projeto de pré-moldado. Perguntou se o

Brasil está preparado para essa quantidade, pois precisa compartilhar com todos, ter maturidade para entender o processo que é uma operação nacional e não vai abrir mão da qualidade, condições de ter uma durabilidade plena, qualidade visual. Falou que não adianta ter só um sistema preparado, precisa-se ter uma grande parceria. Após, o senhor Presidente terminou a explanação e passou a palavra para a Senhora Mônica Gotti que disse que o grande desafio era melhorar a eficiência no processo como um todo, disponibilizar os recursos para os municípios e entregar as creches concluídas, no período de 30 a 36 meses. Disse que precisaram acelerar as obras, porém com segurança, qualidade e em grande escala. Falou ainda que será usado o modelo já consolidado no FNDE que é o registro de preços nacional. Explicou que do projeto Pró-infância, as especificações receberam muitas adaptações, remodelações e que com isso a qualidade do projeto melhorou muito. Disse também que junto com as especificações puderam contar com o Instituto Falcão Bauer para fazer toda parte de garantia da qualidade dessas escolas. Esclareceu que fizeram também um paralelo entre a norma criada para habitação das construções e aquela para atender os estabelecimentos de ensino público. Falou que tiveram que fazer um estudo de mercado, até então desconhecido, mediante as audiências públicas e conversas com muitas pessoas. Explicou ainda que no processo licitatório a adesão é feita diretamente pelos Estados e Municípios com o fornecedor (as empresas) e não com o FNDE. Disse que o controle é feito sempre com o INMETRO e outras empresas de monitoramento, sendo que o INMETRO irá treinar os fiscais que acompanharão as obras. Esclareceu que o RDC é uma lei bem nova, moderna e essa foi instituída em 2011 e será utilizada na próxima licitação. Essa lei foi sancionada no final de 2012 e foi feita em parceria com o TCU e adota os princípios do pregão eletrônico. Explicou que o comprasnet está implantando o RDC. Os requisitos e critérios de desempenho de estabelecimentos de ensino público, a NBR 15575, abrange todas as etapas de uma edificação e todas as suas funcionalidades. Disse que as edificações terão que se comportar de maneira muito boa mediante os ensaios e dessa certificação da NBR 15575. Posteriormente, foi exposto o modelo de registro de preços nacional, com o embasamento legal do Regime Diferenciado de Construções Públicas (RDC), Lei nº 12.462 de 05/08/2011, Decreto 7.581 de 11/10/2011; como também os requisitos e critérios de desempenho de estabelecimentos de ensino público – NBR 15575, que envolve segurança, habilidade e sustentabilidade. Falou ainda que o FNDE em parceria com o Instituto Falcão Bauer desenvolveu seis cadernos que envolvem todas as etapas de uma edificação, o primeiro caderno é o caderno de requisitos e critérios de desempenho e servirá de base para todas as edificações porque é uma orientação da norma; o segundo caderno é um memorial descritivo e depende de cada tipo de construção; o terceiro caderno é sobre o projeto de transposição que só é possível pelo SINAP e ele só abrange a metodologia tradicional de construção, ele não possui preço para qualquer outro tipo de metodologia, e consiste em a empresa que está concorrendo com outro tipo de funcionalidade em determinado quesito irá fazer uma transposição dos custos baseado pelo SINAP para se adequar ao projeto; o quarto caderno é um caderno que irá crescer à medida que os projetos forem executados; o quinto caderno está se licitando uma obra para um terreno desconhecido é uma orientação para adaptar o projeto ou os elementos registrados para se encaixar em cada terreno a ser executado o projeto, e o

último caderno é um caderno de diretrizes para vistoria técnica para cada metodologia que está sendo classificada na licitação. Será observado o tipo de construção e elaborar um cronograma físico e financeiro, para que haja a fiscalização das obras, com um manual específico que será inserido no sistema SIMEC. Em seguida, foi apresentado o modelo de construção do Projeto Pró-infância Tipo B e Tipo C, como também os itens registrados, com uma abrangência em cada item para facilitar o entendimento do projeto das Quadras Esportivas e Pronacampo. Na primeira etapa do fluxograma foram expostas as fases que as empresas classificadas irão passar, desde fases básicas como apresentação da documentação de habilitação até o projeto de transposição, análise da documentação etc. No segundo fluxograma foi abordado a adesão, contratação e o projeto executivo de implantação, que se inicia com a entidade cadastrando a proposta no SIMEC, módulo PAR, passa pelo procedimento de adesão ao registro de preços através do SIGARP e entre outros procedimentos, até o início da construção. No terceiro fluxograma foram expostos os procedimentos para a fiscalização ou supervisão, que será realizada pelo Município e o fornecedor através do SIMEC. O fornecedor estará sujeito a algumas penalidades caso exista o descumprimento de alguma etapa do projeto, por esse motivo foi enfatizado que o edital seja bem interpretado pelas empresas para que não exista nenhuma inexecução por falta de conhecimento. Explanou ainda a execução de um novo projeto de quadras que tenha a vocação para a transposição, que seja rápido e prático de se implantar, que necessite do mínimo possível de manutenção, o projeto está sendo finalizado com o Instituto Falcão Bauer para que o edital seja formulado e ocorra uma nova licitação. Foi exposto também o projeto do Pronacampo, que são as escolas do campo, a concepção também já está pronta e está entrando na fase complementar e final do projeto, também para realizar uma licitação; e futuramente se pretende desenvolver o projeto das escolas integradas que é uma grande evolução porque são escolas muito grandes e altera alguns conceitos e torna o projeto mais desafiador. Em seguida, a palavra foi passada a Bruna do Instituto Falcão Bauer que apresentou as diretrizes técnicas para a exposição dos projetos das construções de quadras poliesportivas cobertas para os estabelecimentos de ensino público. Foram definidas três tipologias a partir das dimensões da quadra, tipologia G, M e P, que tem como opcionais um bloco de vestiário mais um depósito ou um bloco palco mais um depósito; o protótipo da planta de cada tipologia foi apresentado, como também os elementos não transponíveis e os elementos transponíveis da estrutura das quadras e os cortes da tipologia G e sua maquete eletrônica foram expostos. Foi falado, em seguida, sobre o sistema de piso em concreto armado e a palavra foi passada ao Fabio, um dos componentes da equipe do IFB, para explanar sobre a estrutura metálica das quadras poliesportivas. Ele apresentou também os sistemas metálicos, segundo a NBR 8800:2008 – “Projeto de Estrutura de Aço e de Estrutura Mista de Aço e Concreto de Edifícios”, que sua definição por estrutura metálica em perfis metálicos se dá por: projeto básico, projeto de fabricação, projeto de montagem, especificações técnicas estruturais e fechamentos, plano de inspeção e teste, transporte e por fim manutenção ou durabilidade (manual de uso, operação e manutenção). Os principais códigos de projeto ou as normas e especificações técnicas também foram comentadas. A palavra foi passada ao Marcelo, outro integrante da equipe do IFB, que iniciou falando sobre a avaliação por desempenho e finalizou expondo as

exigências do usuário, segurança, habilidade, sustentabilidade e economia. Em seguida, a palavra foi passada ao senhor Tiago, Coordenador Geral de Infraestrutura Educacional, que iniciou com um breve histórico da construção escolar, sobre o quanto as prefeituras encontram dificuldades em construir no tempo necessário, uma unidade escolar de qualidade. E pensando nisso o FNDE tem projetado unidades pré-moldadas, para que as entidades possam aderir a uma ata de registro de preços para a construção. O objetivo do Pronacampo – Programa Nacional de Reestruturação da Rede Escolar Pública de Educação no Campo é prestar assistência financeira, em caráter suplementar, aos estados e municípios para melhoria da infraestrutura educacional em áreas rurais. O repasse dos recursos é por meio de transferência direta aos entes federados via Plano de Ações Articuladas – PAR (SIMEC), o recurso destina-se a construção de escolas padronizadas para a educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio). Para a construção foram definidos três projetos modulares, o tipo 1, tipo 2 e tipo 3. Foi falado também sobre os conceitos de cada projeto, o projeto modular envolve o tamanho e composição da escola, adequados à demanda de cada unidade; o projeto adaptado a características bioclimáticas envolve diferentes projetos para três famílias bioclimáticas distintas onde a classificação é baseada no zoneamento bioclimático brasileiro, terceiro e último projeto é adaptado às características dos terrenos. Foram apresentadas as tipologias do projeto, sendo que cada tipologia possui sua versão básica (4 a 5 módulos) e uma versão completa (6 a 8 módulos), o Pronacampo já foi pensado modular, e o próximo desafio é adaptar o projeto para as escolas urbanas. Em seguida, foi aberto o espaço para as perguntas, que teve início com o representante da Global Housing, o senhor Sergio que questionou se a apresentação de tecnologia convencional será aceita ou há alguma exigência constante aos recursos tecnológicos que serão utilizados. O senhor Freitas presidente do FNDE esclareceu a questão dizendo que a ideia do processo se sustenta em duas premissas, prazo e desempenho, se o projeto apresentado alcançar a expectativa do conceito original ele será aceito independente de ter sido convencional ou não. A próxima pergunta foi realizada pelo senhor Davi da SEDUC do Estado de Goiás, que questionou se o recurso e os projetos que eles possuem disponível para a construção de quadras poliesportivas já serão desenvolvidos através da futura ata de registro de preços para a construção. O senhor Freitas colocou a equipe do FNDE a disposição das entidades que manifestarem o interesse na construção modular/pré-moldada, para auxiliar no desenvolvimento do processo de construção. Complementando o Coordenador de Infraestrutura Escolar senhor Tiago falou que ainda não há ata disponível para adesão, mas existe um pacto para a construção de quadras com o Estado de Goiás e deve-se avaliar primeiro o prazo para entregar essas obras prontas. O senhor Sergio Andrade, da empresa Casa Express, questionou se existe a possibilidade de uma empresa que participando do processo licitatório e sendo uma das vencedoras poderá alterar o método do sistema construtivo. O senhor Freitas esclareceu que envolvem duas questões, uma de caráter técnico e outra de caráter jurídico, quando a empresa passa pelo processo de caráter jurídico, ela deve apresentar os pré-requisitos necessários que antecedem a homologação e esses requisitos dizem respeito ao fornecimento do objeto do edital, se por algum motivo específico surge à necessidade de substituição de algum componente do produto por outro melhor ou igual ao

fornecido a proposta será avaliada e se de acordo com os requisitos será aprovada. Continuando o questionamento o senhor Sergio indagou se haverá a possibilidade de um consórcio entre empresas para o fornecimento do objeto. Em seguida, foi esclarecido que o consórcio deve ser apresentado desde os primeiros tramites da licitação, para se esclarecer que a concorrência será por meio de um consórcio. O senhor Josi Mario, da Secretaria de Estado do Mato Grosso do Sul e representante do Conselho de Secretários de Educação questionou sobre a definição do material e o método que foi proposto para a construção das quadras, supondo que poderia causar um desequilíbrio na mão de obra ou no material. O senhor Tiago esclareceu que é de extrema importância que as entidades participem das audiências para exporem o seu ponto de vista que tende a agregar muito mais valor ao objeto do registro. Ele disse ainda que será necessário alavancar com as obras nas entidades para provar a receptividade e eficiência do processo, se houver algum desequilíbrio o projeto será reavaliado e será alterado conforme a necessidade. O senhor Marcos Rivas, representante do Instituto PIATAM do Amazonas, expôs amplamente a situação dos terrenos que podem ser encontrados na região amazônica, desde o transporte dos equipamentos e materiais para a construção até a durabilidade das obras, pois a região em sua maioria possui acesso apenas através de rios o que propõe uma logística mais detalhada e projetada para o local. Diante do exposto, o senhor Freitas agradeceu a presença e enfatizou a importância da participação das entidades nas audiências públicas para agregar valores aos projetos e esclareceu que o FNDE, tem consciência do biótopo da região amazônica e das demais regiões do país, e tem pesquisado maneiras de suprir as necessidades das entidades nessas particularidades de cada uma, para gerar a evolução do processo educacional. Em complemento, o senhor Tiago da CGINF citou o exemplo dos municípios da Ilha do Marajó no Estado do Pará, que uma equipe do FNDE estudou o biótopo da região e concluiu que seria melhor construir as creches em sistema de palafitas discutiu-se o modelo arquitetônico apresentado pelo FNDE e adaptou-se a região. Esclareceu ainda, que se há alguma proposta diferente da apresentada pelo FNDE ela deve ser enviada ao órgão para uma avaliação e providências cabíveis. O senhor Jaime Sunner, da Secretaria Estadual do Paraná, comentou sobre a adaptação ao RDC e sobre a Lei 8.666. A senhora Monica Gotti comentou sobre o RDC, destacando que o maior usuário hoje tem sido a Infraero e tem sido bem sucedida nas licitações. O senhor Eduardo, da Construtora Siscobras, questionou se as entidades que foram contempladas com recursos em 2011 ou anos anteriores e estão aguardando a licitação para poder contratar, poderão aderir à ata de registro de preços do FNDE para iniciar a construção, por meio de métodos construtivos pré-fabricados. Foi esclarecido que se a entidade já tiver realizado a licitação ele deve seguir com o processo na entidade. Porém o FNDE já possui pactuações com entidades que receberam o recurso, mas teve a licitação frustrada, as resoluções serão modificadas de modo que eles possam aderir à ata de registro de preços do FNDE caso eles tenham interesse de efetuar essas escolas em pré-moldado. Sem mais perguntas o senhor Presidente José Carlos Freitas agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a audiência às 12 horas e 20 minutos. Eu, Poliana Marques Silva lavrei a presente ata.